

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/AP

Estudo Técnico Preliminar 10/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25115.000252/2024-58

2. Descrição da necessidade

2.1. Com base no **Documento de Formalização de Demanda 29/2026 atualizado** (SEI 5917816), a Equipe de Planejamento da Contratação, nomeada por meio da **PORTARIA 2575, de 08 de novembro de 2024** (SEI 5115580), publicada no BS nº 46, de 11/11/2024, elaborou o presente Estudo visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, em todas as etapas e em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA N 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022.

2.2. O art. 6º, IN 58/2022, determina que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a melhor solução, de tal forma que permita a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação. O inc. I, do art 9º da instrução supracitada, orienta que baseado no Plano de Contratação Anual seja registrado no Estudo Técnico Preliminar, a descrição da necessidade da contratação considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, o que será feito a seguir:

2.2.1. Atualmente é notória a importância da logística nas mais diversas atividades humanas. Dentro da esfera pública, tal função, apesar de enquadrar-se como atividade meio, de apoio às demais funções típicas de Estado, posiciona-se estrategicamente, viabilizando as ações de segurança pública, de promoção da saúde, de educação, dentre outras, exercidas pelo Governo.

2.2.2. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, em particular pela área de transporte de pessoas e mercadorias, as ações-fim não poderiam ser prestadas eficientemente, comprometendo assim a efetividade das políticas públicas. Em decorrência da grande parcela de contribuição ao alcance das metas institucionais, a atividade de transporte deve ser considerada crítica e fundamental, o que implica na necessidade de uma gestão cada vez mais próxima e caracterizada com os serviços aos quais dá suporte, assim como subsidiada por análises, critérios técnicos e métodos de gestão contemporâneos, consagrados por centros de excelência na área.

2.2.3. Consequentemente, o modelo de gestão adequado à atividade de transporte em organizações públicas deve ser o modelo de gestão descentralizado, sem o qual ficaria comprometida a capacidade de adaptar-se às diversas necessidades específicas de cada uma das atividades exercidas pela instituição. Para a prestação dos serviços à sociedade, a Administração Pública utiliza veículos, seja para o deslocamento de materiais ou pessoas, seja para o suporte à execução das atividades fim. Garantir a disponibilidade e maximizar o desempenho operacional da frota, com segurança, conforto para os agentes públicos e com custos decrescentes é a missão da área de administração e de transportes da instituição.

2.2.4. Tendo em vista a natureza dos programas institucionais da entidade, com foco na inclusão social por meio de ações para a promoção da saúde pública nos pequenos municípios brasileiros, inclusive em áreas rurais, as atividades de transporte terrestre devem ser consideradas críticas e de fundamental importância para atendimento dos objetivos institucionais, consubstanciados estes na oferta de serviços de qualidade para a população.

2.2.5. A contratação dos serviços de transportes visará atender as atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas da **Funasa/SUEST/AP** (Serviço de Convênios – Secov, Divisão de Engenharia e Saúde Pública – Diesp e Serviço de Saúde Ambiental – Sesam) que realizam constantemente viagens para acompanhamento e fiscalização de obras e convênios firmados entre a **Funasa/SUEST/AP** e os municípios do Estado do Amapá, para implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, bem como para ações de controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de sistema de abastecimento público.

2.2.6. Esta contratação visará também, atender as demandas da área-meio da instituição no que se refere ao apoio à execução das atividades técnico-administrativas, tais como: transporte de servidores, documentos, materiais e mobiliários.

2.2.7. Atualmente, a **Funasa/SUEST/AP** não possui frota própria de veículos do tipo pick-up para atender as necessidades institucionais.

2.2.9. Considerando que a **Funasa/SUEST/AP** possui apenas 01 veículos tipo Van (Laboratório Móvel) para as ações de qualidade da água, por este motivo pretende realizar a locação de 03 pick-ups.

2.2.10. Cumpre salientar que a **Funasa/SUEST/AP** atualmente está sem serviços de transportes uma vez que os veículos da frota própria foram doados para o Exército Brasileiro, pois já estavam com sua vida com mais de 10 (dez) anos.

2.2.11. Cumpre salientar que a aquisição de veículos de representação e comuns está suspensa no Governo Federal em decorrência da Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019 e alterações, de modo que a locação mostra-se a solução disponível para atendimento das necessidades da **Funasa/SUEST/****AP**.

2.2.12. Convém ponderar que a locação de veículos também está suspensa por meio da referida portaria, contudo, o §1º, inciso III do art. 1º prevê que a suspensão não se aplica nos casos de prorrogação e/ou substituição contratual, senão vejamos:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas:

[...]

III - a aquisição de veículos de representação e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018;

IV - a locação de veículos;

[...]

§ 1º Não se aplica a suspensão prevista no caput quando se tratar de:

[...]

III - prorrogação contratual e/ou substituição contratual, em relação aos incisos II, IV e V do caput; e

2.2.13. Ademais, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no § 7º do art. 10º, *"a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução"*.

2.2.14. Ressalta-se que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

2.2.15. Forçoso ressaltar que os serviços a serem executados são atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, estando previstos na relação não exaustiva contida na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, senão vejamos:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXVIII - transportes;

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

2.2.16. Em razão dos motivos acima elencados, resta comprovada a essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previstos no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015.

2.2.17. Para fins no disposto no Decreto nº 10.193, de 2019, declaramos que o objeto da contratação constitui atividade de custeio.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Estadual da Funasa no Amapá	Valdir Pereira Ribeiro Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme determinação do inciso II do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58 de 08 de agosto de 2022, descreve-se os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

4.1. Natureza e classificação dos serviços

4.1.1. A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.2. Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei nº 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

4.1.3. Os serviços de transportes consistem em serviços de natureza continuada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, c/c com a Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Funasa, e consequentemente, comprometer o alcance das metas institucionais. Trata-se, portanto, de atividade que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se assim por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação por se tratar de serviços para manutenção administrativa, decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas.

4.1.4. Os serviços de transporte deverão ser prestados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.1.5. Para fins do disposto no §2º, art. 19 da Lei nº 14.133/2021, justificamos que os serviços objeto desta contratação não fazem parte atualmente do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, sendo este o motivo de sua não utilização.

4.1.6. Declaramos que a contratação atende as condições previstas no art. 48 da Lei nº 14.133/2021 uma vez que tratam-se de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

4.1.7. Declaramos que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

4.2. Prazo de vigência da contratação

4.2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Regime de Execução

4.3.1. O regime de execução será o da empreitada pelo preço global uma vez que as características qualitativas e quantitativas do objeto serão previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

4.4. Requisitos dos veículos

4.4.1. Na prestação dos serviços de locação de veículos deverão ser observadas às condições previstas no Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, bem como da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008.

4.4.2. Para atendimento das necessidades da **Funasa/SUEST/AP**, serão contratados as seguintes categorias de veículos:

a) **veículos comuns:** para atendimento das necessidades de transporte de material ou pessoal à serviço, em conformidade com o art. 4º, Decreto nº 9.287 /2018.

4.4.3. Especificações dos veículos

4.4.3.1. Para definição das especificações mínimas dos veículos levou-se em consideração a natureza do serviço, a segurança e dignidade dos usuários a serem transportados, o conforto e a funcionalidade dos automóveis, bem como as condições usuais do mercado automobilístico.

4.4.3.2. Considerando as condições das estradas do Estado de Amapá, bem como das localidades nos municípios em que a **Funasa/SUEST/AP** atua; considerando a necessidade constante do transporte de equipamentos, materiais e documentos nas ações desenvolvidas pelas áreas da **Funasa/SUEST/AP** ; considerando as especificações técnicas dos veículos à venda no mercado brasileiro; faz-se necessária a utilização de veículo do tipo "**Caminhonete ou Pick-up 4x4**".

4.4.3.3. Os veículos de serviços comuns serão de modelo básico, isto é, com características de série, sem equipamentos ou acessórios opcionais, sem prejuízo do disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3 de 2008, ou seja, o uso de opcionais devem ser aqueles considerados necessários à realização de determinadas atividades ou à segurança, à salubridade e ao mínimo conforto dos servidores e usuários, desde que de forma justificada.

4.4.3.4. Diante de tais premissas, os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão atender as seguintes exigências mínimas:

Veículos Pick-up:

Veículo tipo Pick-up cabine dupla 4X4; potência mínima de 163cv; ano de fabricação: 2024 ou 2025, máximo de 1.000 km rodados; cor branca, condicionador de ar integrado; direção hidráulica ou elétrica; 04 (quatro) portas; capacidade para 05 (cinco) passageiros (incluindo condutor); movido à diesel e/ou à biodiesel; tanque com capacidade mínima de 76 litros; capa náutica; freio a disco ABS com EBD; com sistema de proteção de impacto frontal (air bag duplo); película escura nos vidros conforme Resolução CONTRAN nº 960/2022 e atualizações; vidros e travas elétricas; câmbio manual ou automático; cinto de segurança para todos os ocupantes; com Seguro Total contra danos materiais e a terceiros; com sistema de rastreamento;

central multimídia com auto falantes, barras de proteção lateral, dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN, estribo, rabicho, tapetes, estepe, triângulo, macaco e chave de rodas, e demais equipamentos/assessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN. Os veículos deverão atender os critérios de sustentabilidade previstos em item específico deste estudo.

4.4.3.5. Dessa forma, realizamos estudo do mercado automobilístico com vistas à identificação dos possíveis veículos que poderão atender a demanda da Funasa conforme diretrizes do item anterior, sem que haja qualquer tipo de direcionamento a determinada marca e consequente restrição na competitividade do certame, chegando-se assim aos seguintes modelos de referência:

VEÍCULO TIPO I - VEÍCULOS PICK-UP 4X4									
MARCA	MODELO	POTÊNCIA (cv)	COMB.	DIREÇÃO	AR COND.	FREIOS	CAMBIO	QTD. AIR BAG	CAPACIDADE TANQUE
TOYOTA	HILUX SR	204	DIESEL	HIDRÁULICA	SIM	ABS e EBD	MANUAL 6 VELOCIDADES	7	80
CHEVROLET	S-10 LT	207	DIESEL	ELÉTRICA	SIM	ABS	MANUAL 6 VELOCIDADES	7	76
NISSAN	FRONTIER S	163	DIESEL	HIDRÁULICA	SIM	ABS e EBD	MANUAL 6 VELOCIDADES	6	80
VOLKSWAGEN	AMAROK V6 COMFORTLINE	258	DIESEL	HIDRÁULICA	SIM	ABS e EBD	AUTOMÁTICO 8 VELOCIDADE	4	80
FORD	RANGER XL	170	DIESEL	ELÉTRICA	SIM	ABS	AUTOMÁTICO 10 VELOCIDADES	7	80
MITSUBISHI	L200 TRITON GL	190	DIESEL	HIDRÁULICA	SIM	ABS e EBD	MANUAL 6 VELOCIDADES	2	76

4.4.4. Condições dos veículos

Quanto as condições dos veículos, para o perfeito atendimento das necessidades da **Funasa/SUEST/AP**, a contratada deverá observar as seguintes condições:

4.4.4.1. Os veículos deverão ser mantidos em excelente estado de conservação, limpeza, manutenção e segurança, portando todos os equipamentos e documentação obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Transito - CONTRAN.

4.4.4.2. O veículo deverá estar segurado contra furto, roubo, incêndio, colisão e danos contra terceiros, abrangendo danos materiais e pessoais, incluindo seus ocupantes e pertences.

4.4.4.3. Os pneus dos veículos deverão seguir as normas do CONTRAN e estar em perfeitas condições de uso e segurança (inclusive o estepe), não podendo ser recauchutados, nem ter recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie, ou apresentarem bucho.

4.4.4.4. Os veículos deverão possuir dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.

4.4.4.5. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros, e demais suprimentos, bem como de lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato.

4.4.4.6. Em caso de sinistros ou panes que impossibilitem a utilização do veículo em uso, a contratada deverá disponibilizar imediatamente carro reserva com as mesmas especificações técnicas do originalmente fornecido, assumindo a administração de todos os problemas/situações ocorridas ou que vierem a ocorrer de forma ulterior.

4.4.4.7. Os veículos devem ser novos (zero quilômetro), com no máximo 1.000 km rodados, e serem registrados em nome da empresa contratada, podendo também serem aceitos veículos com alienação fiduciária, desde que conste na observação do CRLV do veículo o arrendamento à contratada.

4.4.4.8. Em caso de renovação contratual, a contratada deverá renovar a frota de veículos quando os mesmos completarem 30 (trinta) meses, contados da data de fabricação.

4.4.4.9. A CONTRATADA disponibilizará os veículos no **REGIME DE QUILOMETRAGEM LIVRE, SEM MOTORISTA E COMBUSTIVEL.**

4.4.4.10. A CONTRATADA deverá arcar com os custos e providenciar a identificação dos veículos por meio de mantas magnéticas nas duas portas dianteiras, conforme modelo da IN nº 03 de 18/05/2008 – Anexo VII.

4.5.4.11. Os veículos deverão manter características de fábrica e neles não poderão constar letreiros, marcas, frases ou logotipos que identifiquem a empresa contratada ou ainda a promoção de terceiros.

4.5.4.12. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição, a partir de comunicado da CONTRATANTE, (via telefone ou e-mail), dos veículos que estejam por ventura inaptos ao uso em razão de acidentes, revisões, reparos mecânicos, limpeza e higienização, mau estado de conservação ou más condições de segurança.

4.5.4.13. Os veículos disponibilizados serão conduzidos por motoristas da CONTRATANTE, devidamente autorizados em ato próprio da Administração.

4.5.4.14. As multas imputadas aos veículos de locação em razão de infrações à legislação de trânsito, quando ocorrerem por ação dolosa ou culposa de motorista da CONTRATANTE, deverão ser por ela suportadas, garantida a transferência da pontuação imposta ao veículo para a CNH do motorista infrator, além da cobrança regressiva da multa por meio de descontos nas folhas de pagamento ou outra forma acordada entre a **Funasa/SUEST/AP** e motorista, não se transferindo, em hipótese alguma, a responsabilidade de pagamento à CONTRATADA.

4.5.4.15. Durante toda a execução do contrato os veículos disponibilizados pela CONTRATADA deverão manter as características e os requisitos exigidos, bem como a regularidade documental, a serem comprovados sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

4.5.5. Manutenção preventiva e corretiva dos veículos

4.5.5.1. Todos os veículos deverão receber a adequada manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante, e com todas as revisões periódicas em dia, em especial: óleos, fluídos, filtros, limpadores de para-brisa e ar-condicionado, devendo apresentar a comprovação sempre que solicitado pela **Funasa/SUEST/AP**.

4.5.5.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela conservação técnica, mecânica e operacional dos veículos disponibilizados à CONTRATANTE, de modo a mantê-los em plena capacidade de operação, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornarem necessários, sem ônus adicional à **Funasa/SUEST/AP**.

4.5.5.3. Os veículos à disposição da CONTRATANTE, deverão ser entregues sempre limpos pela CONTRATADA.

4.5.5.4. Os chamados para realização de manutenção corretiva deverão ser atendidos, de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, em até 02 (duas) horas após a solicitação da CONTRATANTE, devendo providenciar o socorro mecânico ou guincho fora destes horários ou em fins de semana ou feriados.

4.5.5.5. A CONTRATADA se responsabilizará pelos serviços de socorro mecânico e guincho, além de quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

4.5.5.6. A CONTRATADA se responsabilizará pelas despesas com substituição ou reparos de pneus durante a vigência da execução contratual.

4.5.5.7. Servirá como parâmetro para as despesas do veículo (revisões, pneus, câmaras, etc) a média mensal de Km rodados dos veículos, o valor da quantidade estimada de km por ano foi: 10.000 + 20%, totalizando 12.000 km, sendo de 1.000 km/mês.

4.5.6. Abastecimento de combustível

4.5.6.1. A CONTRATANTE será responsável pelo fornecimento de combustível, por meio de Contrato de fornecimento de combustíveis com cartões eletrônicos, ou outro sistema que estiver à disposição da **Funasa/SUEST/AP**.

4.5.6.2. Para tanto, a empresa deverá informar à **Funasa/SUEST/AP**, no prazo máximo de 10 dias a contar da assinatura do Contrato, os dados do veículo para que possa ser realizado o cadastro no sistema de cartões.

4.5.6.3. No ato da disponibilização do veículo, a Contratada deverá encaminha-lo, DEVIDAMENTE ABASTECIDO (TANQUE CHEIO), e no ato da devolução quando do término do Contrato, a **Funasa/SUEST/AP** o devolverá abastecido (tanque cheio);

4.5.6.4. Caso haja necessidade de abastecimento durante o deslocamento, o motorista responsável pelo deslocamento fará esse abastecimento por meio do sistema de abastecimento utilizado pela **Funasa/SUEST/AP**.

4.6. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

4.6.1. A execução dos serviços deverá obedecer os padrões mínimos de qualidade e desempenho previstos neste estudo e no Termo de Referência, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, do Caderno de logística de Transportes da SEGES, e demais legislações pertinentes, no que couber.

4.6.2. Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.6.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

4.7. Preposto

4.7.1. A Contratada deverá, durante todo período de vigência do Contrato, manter um preposto na cidade da execução dos serviços com fins de representá-la administrativamente sempre que necessário, devendo ser indicado mediante declaração, na qual deverão constar todos os seus dados necessários tais como nome completo, números de identidade e CPF, endereço e telefone residencial e celular, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional, entre outros.

4.7.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.7.3. Não poderão ser nomeados prepostos os funcionários da CONTRATANTE, pois isso afetaria a qualidade na prestação de serviços.

4.7.4. O preposto designado deverá inspecionar “in loco”, pelo menos uma vez por mês, ou sempre que requisitada sua presença pelo fiscal do contrato, para fiscalizar a execução do contrato nos termos avençados.

4.7.5. O preposto deverá ter escolaridade compatível com a função, demonstrar liderança, responsabilidade, iniciativa, discernimento, organização, flexibilidade, fluência verbal e escrita.

4.7.6. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto a necessidade de atender prontamente qualquer solicitação da Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações deste, e devendo ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas qualquer falhas na execução dos serviços contratados.

4.8. Requisitos de Habilitação Jurídica

4.8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.8.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.8.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.8.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.8.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

4.8.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.8.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.8.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.8.3. Em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, apresentamos abaixo as justificativas quanto à restrição de participação de interessados, bem como do usufruto de certos benefícios nesta licitação:

- **Consórcios**

Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desta contratação. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

- **Cooperativas**

Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade. Outrossim, tal vedação vai de encontro ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, aplicável também às licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021 conforme entendimento do PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU. No referido termo, consta que a UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao

tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, incluindo na relação exemplificativa os serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante, o que se aplica à presente contratação.

- **OSCIP e instituições sem fins lucrativos**

Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

4.9. Requisitos de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

4.9.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.9.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.9.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.9.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.9.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.9.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.9.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.9.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.9.1.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.10. Requisitos de Qualificação Econômico-financeira

4.10.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

4.10.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.10.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.10.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.10.3.2. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.10.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.10.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.10.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.10.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.11. Requisitos de Qualificação Técnica

4.11.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.11.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. Requisitos de Qualificação Técnico-Operacional

4.12.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.12.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.12.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **3 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.12.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.12.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.12.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.12.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

~~4.12.7. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório ou REPRESENTAÇÃO em Macapá/AP previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.~~

~~4.12.7.1. Justifica-se tal exigência uma vez que a natureza dos serviços exige uma estrutura local a fim de dar suporte logístico para as demandas dos veículos.~~

4.12.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.12.9. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Justificativa para tais exigências: Tais exigências são necessárias por tratar-se de serviços que requerem a qualificação e nível de experiência mínimo para atender as normas aplicáveis aos mesmos, de forma a afastar empresas que não possuam qualificação e experiência mínima necessária para a realização dos serviços de forma satisfatória e nos níveis de qualidade e segurança exigidos pela legislação, em especial o item 10.7 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017. Quanto à exigência mínima de 3 (três) anos de experiência, justifica-se considerando a necessidade de contratação de empresa que demonstre eficiência técnico-operacional e robustez financeira, de modo a assegurar a execução dos serviços pelo período exigido em contrato, mostrando-se pertinente nesta contratação em razão da essencialidade dos serviços para a manutenção de atividades administrativas da FUNASA/AP, bem como em razão do prazo total do contrato ser de até 10 anos. ~~A inclusão da exigência de a empresa contratada para a locação de veículos manter um escritório ou REPRESENTAÇÃO na cidade de Macapá/AP é uma medida administrativa estratégica essencial para assegurar a eficiência, agilidade e fiscalização da execução contratual, em consonância com os princípios da Administração Pública. A presença física de uma unidade operacional da empresa na localidade trará benefícios cruciais, uma vez que em caso de pane, sinistro ou necessidade de manutenção preventiva/corretiva, a existência de um escritório e infraestrutura local (oficina ou ponto de apoio) ou REPRESENTAÇÃO garante a pronta substituição do veículo. Isso minimiza o tempo de inatividade da frota e assegura a continuidade ininterrupta dos serviços da Funasa/Suest/AP, evitando prejuízos às atividades essenciais. A agilidade no atendimento é um fator crítico em serviços de apoio logístico. Somando-se a isso, proporciona melhor gestão e fiscalização do contrato, pois facilita o trabalho do fiscal do contrato da Funasa/AP, permitindo a verificação imediata da regularidade dos veículos, documentos, e a comunicação direta e presencial com os prepostos e responsáveis da contratada. A proximidade física aprimora o monitoramento e a capacidade de resolução de problemas em tempo real. Outro fator importantíssimo que se deve levar em consideração para exigir escritório na cidade da prestação do serviço ou REPRESENTAÇÃO é a economia e otimização de custos indiretos do prestador, visto que, embora a empresa possa ter sede em outro local, a exigência de uma estrutura na cidade concentra os custos operacionais na área de prestação, tornando o preço final mais transparente e justo para a Administração. Além disso, elimina ou reduz significativamente a necessidade de deslocamentos e estadias para a resolução de questões operacionais. Por fim, a exigência de escritório ou unidade de apoio local (REPRESENTAÇÃO) não se configura como uma restrição indevida à competitividade, mas sim como um requisito técnico-operacional fundamental que visa a melhor execução do contrato e a garantia de que o serviço de locação de veículos atenda ao interesse público com a máxima eficiência e segurança.~~

4.13. Sustentabilidade

4.13.1. Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, com a Lei nº 12.305, de 2010, com o Decreto nº 10.936, de 2022, com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU- 6ª Edição - Setembro/2023, com a Instrução Normativa SEGES nº 01, de 19/01/2010, deverão ser observadas na execução dos serviços as seguintes normas:

- Lei nº 9.660, de 1998 (Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.);
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15/05/2008 (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências)
- Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos)

- Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos)
- Resolução CONAMA 8/1993 (Complementa a Resolução no 18/86)
- Resolução CONAMA 17/1995 (Dispõe sobre os limites máximos de ruído para veículos de passageiros ou modificados);
- Resolução CONAMA 242/1998 (Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas)
- Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 (Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE)
- Resolução CONAMA no. 433, de 13 de julho de 2011 (dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas).
- Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 (Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa)
- Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 (Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa)
- Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009 (Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso);
- Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências);
- Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001);
- Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º;
- Decreto nº 11.003, de 2022 (Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano);
- Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal);-
- Portaria INMETRO nº 377, de 2011 (Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves)

4.13.2. Critérios de sustentabilidade para aceitabilidade da proposta

4.13.2.1. Uma vez que a fabricação ou industrialização de veículos automotores se enquadra nas atividades previstas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

a) **Veículos:** FTE - Categoria: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; Código: 6-1; Descrição: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; - a fabricação de automóveis, camionetas e utilitários;

4.13.2.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

4.13.2.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

4.13.3. Critérios de sustentabilidade a serem observados na execução contratual

4.13.3.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

4.13.3.2. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

4.13.3.3. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe (s) A e B, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021.

4.13.3.3.1. A etiqueta que vem na lateral dos pneus novos tem como objetivo fornecer aos consumidores informações sobre o desempenho dos pneus. Ela é chamada de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). Os critérios encontrados na etiqueta do pneu, avaliados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), são os seguintes:

1. Resistência ao rolamento: força que se opõe à rotação do pneu e é influenciada principalmente pelo desenho e composto da banda de rodagem. O consumo de combustível é influenciado pela resistência ao rolamento, resultando em perdas energéticas. Assim, uma menor resistência ao rolamento significa um menor consumo de combustível e, conseqüentemente, menor emissão de gases poluentes.

2. Aderência em pista molhada: capacidade de aderência de um pneu na superfície molhada. É um item relacionado à segurança.

3. Ruído externo: ruído provocado pelo pneu durante o deslocamento do veículo. Ele é apresentado em decibéis (dB) e dividido em três níveis: baixo, médio e elevado.



4.13.3.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.13.3.4.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.13.3.4.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.13.3.4.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.13.3.5. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

4.13.3.5.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.13.3.5.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

4.13.3.5.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.13.3.6. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.13.3.7. As baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.13.3.8. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

4.13.3.9. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

4.13.3.10. Na execução dos serviços de manutenção do sistema de ar condicionado dos veículos, a contratada deverá realizar os serviços em oficinas que obedecem às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

4.15. Subcontratação

4.15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.16. Garantia de execução

4.16.1. Será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, tendo em vista do expressivo valor estimado do contrato, bem como pelo fato do contrato envolver riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas, nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

4.17. Vistoria

4.17.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

Em conformidade com a orientação do **inciso III, do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022**, realizamos o levantamento de mercado por meio da análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme itens abaixo.

5.1. Soluções de mercado

5.1.1. No presente estudo foi feita a prospecção e análise das alternativas de mercado disponíveis, considerando as contratações similares feitas por outros órgão e entidades, objetivando a identificação de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da administração. A partir dessa orientação foram executadas pesquisas no *Comprasnet*, pesquisas de contratações similares em outros órgão públicos e em sites especializados, resultando nas seguintes soluções de mercado para atendimento das necessidades de transportes:

Solução	Descrição
(1) Aquisição de veículos	O veículo será incorporado à frota do órgão, cabendo a este a responsabilidade pela gestão da manutenção preventiva e corretiva e da documentação pertinente. Além disso, será necessário a contratação de motorista, tendo em vista que a FUNASA não possui em seus quadros motoristas para atender às demandas.
(2) Locação de veículos com ou sem motorista	O serviço consiste na disponibilização de veículos pela empresa contratada, a qual se responsabiliza pela manutenção de cada veículo disponibilizado, pela gestão da documentação pertinente e pela substituição dos veículos. A modelagem inclui franquia mensal e valor por km rodado, ou quilometragem livre. Como a FUNASA não possui motoristas, essa modelagem possibilita a contratação de motoristas.
(3) Contratação de serviço de TaxiGov	Serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis, que começou a ser implementado em março de 2017, em Brasília. A partir de 2019, o projeto se expandiu para outras localidades do Brasil. Contudo, tal modalidade não atende as necessidades da Funasa uma vez que a demanda de transportes da instituição em grande parte é para viagens.

5.1.2. Análise das soluções de mercado

5.1.2.1. Atualmente, é notória a importância da logística nas mais diversas atividades humanas. Dentro da esfera pública, tal função, apesar de enquadrar-se como atividade meio, de apoio às demais funções típicas de Estado, posiciona-se estrategicamente, viabilizando as ações de segurança pública, de promoção da saúde, de educação, dentre outras, exercidas pelo Governo. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, em particular pela área de transporte de pessoas e mercadorias, as ações finalísticas não poderiam ser prestadas eficientemente, comprometendo assim a efetividade das políticas públicas.

5.1.2.2. Em decorrência da grande parcela de contribuição ao alcance das metas institucionais, a atividade de transporte deve ser considerada crítica e fundamental, o que implica na necessidade de uma gestão cada vez mais próxima e caracterizada com os serviços aos quais dá suporte, assim como subsidiada por análises, critérios técnicos e métodos de gestão contemporâneos, consagrados por centros de excelência na área. Consequentemente, o modelo de gestão adequado à atividade de transporte em organizações públicas deve ser o modelo de gestão descentralizado, sem o qual ficaria comprometida a capacidade de adaptar-se às diversas necessidades específicas de cada uma das atividades exercidas pela instituição.

5.1.2.3. Para a prestação dos serviços à sociedade, a Administração Pública utiliza veículos, seja para o deslocamento de materiais ou pessoas, seja para o suporte à execução das atividades fim. Garantir a disponibilidade e maximizar o desempenho operacional da frota, com segurança, conforto para os agentes públicos e com custos decrescentes é a missão da área de administração e de transportes da instituição.

5.1.2.4. Cumpre salientar que a falta de veículos para desenvolvimento das atividades finalísticas da ***Funasa/SUEST/AP*** impacta diretamente no alcance das metas institucionais, podendo gerar graves consequências à população direta e indiretamente atingida pelas ações da instituição, de forma que esta contratação é extremamente sensível à existência da instituição e continuidade das ações.

5.1.2.5. A locação de veículos é uma modalidade amplamente disseminada nos setores privado e público, este último nas três esferas públicas: federal, estadual e municipal, em contraponto ao tradicional modelo de aquisição de veículos próprios que demandam altos custos com investimento, manutenção, peças e acessórios, sinistros, guincho, lavagem e higienização, taxas e licenciamentos, seguros, administração de frota, veículos reserva entre outros.

5.1.2.6. Como é público e notório, o investimento em ampliação da frota própria faz com que se gaste muitos recursos institucionais para cuidar da aquisição dos veículos, depreciação, licenciamento, multas, sinistros, contratação de oficinas, manutenção, conserto, documentação, administração da frota, veículos reservas, etc.

5.1.2.7. Dentre os principais benefícios de se adotar o modelo de terceirização de serviços de transporte destacam-se:

- Economia de recursos financeiros com administração/gestão de frota de veículos (incluindo os serviços de manutenção, sinistros, guincho, lavagem e higienização, taxas e licenciamentos, seguros e carro reserva, desfazimento, entre outros);
- Possibilidade de locação de recurso de capital em outras áreas de interesse da organização (aqueles que seriam investidos na aquisição de veículos próprios);
- Redução da burocracia e dos custos administrativos com a extinção de serviços relacionados à gestão e à manutenção da frota;
- Renovação periódica dos veículos sem a necessidade de realização de investimento na aquisição de veículos novos;

5.1.2.8. O quadro abaixo sintetiza um comparativo da relação custo/benefício entre a locação de veículos e a aquisição de frota própria:

DESCRIÇÃO	FROTA PRÓPRIA	FROTA LOCADA
Taxas, Licenciamentos e emplacamento.	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Seguros	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Peças de reposição	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Manutenção	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Serviços de guincho	A cargo da entidade	Incluído no contrato de locação
Veículo Reserva	A cargo da entidade	Fornecimento pela locadora/Contratada
Assistência 24h	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Custo de oportunidade de destinação do capital	Assumido pela entidade	Assumido pela Locadora/Contratada
Investimentos de renovação da frota	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Depreciação (ociosidade, obsolescência e desgaste pelo uso)	A cargo da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Sinistros (roubo, furto, colisão e incêndio)	Por conta da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Assessoria jurídica para Sinistros	Por conta da entidade	A cargo da Locadora/Contratada
Custos com serviços de despachante	Por conta da entidade	A cargo da Locadora/Contratada

5.1.2.9. Portanto, ao optar pela alternativa da locação, a organização transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela aquisição do veículo, mas também uma série de outros serviços e controles agregados que, somados, implicam em custos significativos, por já estarem incorporados ao aluguel dos veículos, tornando esta alternativa muito mais atrativa e prestigiando o princípio da economicidade e eficiência.

5.1.2.10. Somado a isto, baseado na depreciação de bens de ativo imobilizado correspondente a diminuição do valor dos elementos resultantes do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal, tendo como parâmetro a taxa de depreciação fixada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, IN nº 1700/2017, os veículos deverão ser substituídos a cada 30 meses (2 anos e meio) de uso no caso de prorrogação do contrato, permitindo aumento da satisfação por parte da Funasa e possibilitando maior produtividade operacional, ao contrário do que ocorre na aquisição, já que esta envolve nova alocação de recursos orçamentários, dispêndios com licenciamentos, seguros, depreciação da frota, manutenção, etc.

5.1.2.11. Ademais, conforme já asseverado no tópico 2 deste estudo, cumpre salientar que a aquisição de veículos de representação e comuns está suspensa no Governo Federal em decorrência da Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019 e alterações.

5.1.2.12. Quanto à alternativa (3), a mesma apresenta as seguintes desvantagens:

- Não existe um fornecedor que execute o serviço com abrangência nacional nem um *marketplace* que integre diferentes fornecedores, o que implica na necessidade de diversas contratações para oferecer o serviço para servidores federais em diferentes partes do Brasil;
- Em distâncias curtas, o valor da corrida pode não ser atrativo para o motorista. Em decorrência desse fato, a prestação de serviço fica comprometida.

5.1.2.13. Diante do exposto, a **Alternativa (2)** foi a solução escolhida em função das vantagens operacionais, técnicas e econômicas aqui delineadas.

5.2. Análise das modelagens de contratação disponíveis no mercado para a solução escolhida

5.2.1. Para fins de análise das modelagens disponíveis no mercado de locação de veículos, realizamos levantamento de mercado por meio de pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, bem como no Caderno de Logística de Transportes do Governo Federal, constatando que os serviços de locação de veículos, com e/ou sem motorista, são contratados comumente pela Administração Pública nas seguintes modelagens:

- **Quilômetros rodados:** o órgão paga pela franquia de quilômetros contratados e excedentes, ou somente os utilizados durante o mês de medição, incluídos os custos com combustíveis;

- **Diárias:** o órgão paga pelas diárias efetivamente utilizadas durante o mês de medição, incluídos os custos com combustíveis ou não;
- **Mensal:** o órgão paga um valor fixo mensal pela utilização do veículo, em regime de quilometragem livre, incluídos os custos com combustíveis ou não;

5.2.2. Aparentemente, as contratações dos serviços de locação por quilômetro rodado e por diárias seriam mais vantajosas do ponto de vista econômico, contudo, tais regimes de contratação possuem condições e características de gestão que os tornam desvantajosos.

5.2.3. Na contratação por quilômetro rodado, os custos dos combustíveis compõem o preço pago, o que pode gerar prejuízo à Administração no caso de baixa dos mesmos, tendo em vista que a empresa utiliza como parâmetro de proposta o valor de combustível vigente na data da licitação. No caso de aumento, a empresa pleitearia o reequilíbrio econômico financeiro do contrato a cada aumento.

5.2.4. Diante do cenário atual do comércio de combustíveis, onde ocorre variações constantes, o risco na gestão do contrato é altíssimo, visto que demandaria a realização de reequilíbrios econômicos financeiros constantes, e até mesmo prejuízo ao erário no caso de baixa nos preços sem o devido reequilíbrio contratual.

5.2.5. Deve-se considerar ainda o risco inerente da contratação por quilômetro rodado, caracterizado pela possibilidade de a empresa realizar marcações de quilometragem irreais ou realizar trajetos mais longos, a fim de aumentar o valor faturado.

5.2.6. No caso da locação por diária, durante a análise de mercado, identificou-se as seguintes desvantagens:

- Dificuldades na gestão logística contratual, uma vez que existe o risco de a empresa não disponibilizar os carros nos quantitativos, no local, dia e hora solicitados, o que traria transtornos aos andamentos das ações da instituição. Por se tratar de locação por diária é razoável pretender que a empresa não tende a manter uma grande quantidade de veículos dedicados ao atendimento dos contratos por demanda, dada a possibilidade de ocorrência de desequilíbrio ou inviabilidade econômica do contrato;
- Onerosidade em períodos de crescimento sazonal ou periódico da demanda por deslocamento, uma vez que a viabilidade econômica do contrato sob a perspectiva da empresa requer que o custo da diária seja maior do que aquele verificado nas locações mensais, de modo a garantir o retorno do investimento no ativo disponibilizado. Ou seja, em termos práticos, a alta concentração do uso de diárias de veículos em determinados períodos tende a onerar a Administração com um custo mensal mais elevado do que aquele verificado na locação mensal com quilometragem livre (com valor fixo mensal).

5.2.7. Outro fator a ser considerado é o período de restrição de circulação imposto pelo contexto de pandemia decorrente do vírus COVID-19, o que naturalmente retraiu fortemente o andamento das ações institucionais que envolvem o deslocamento de pessoas. Com o relaxamento das restrições de circulação e das medidas de distanciamento social e a consequente retomada das atividades executadas presencialmente pelas autoridades, membros e servidores da Funasa, é razoável esperar um crescimento da demanda por locomoção terrestre da instituição, o que tende a inviabilizar ao longo do tempo o atendimento da demanda por meio exclusivo de locações por diárias ou por quilômetros rodados.

5.2.8. Tais dificuldades não se apresentam na contratação mensal dos veículos, uma vez que os veículos ficam à disposição do órgão o mês todo, podendo o setor de transportes gerenciar a utilização dos mesmos de forma mais eficiente, bem como eliminar os riscos inerentes ao fornecimento de combustíveis e/ou adulteração de quilometragens pelas contratadas.

5.2.9. Quanto à contratação por franquia de quilometragem ou quilometragem livre, forçoso reconhecer que já é usual no mercado de locação de veículos a contratação com quilometragem livre, vindo de encontro às necessidades da Administração Pública uma vez que reduz consideravelmente os riscos e custos de controle decorrentes da contratação por franquia. Ademais, todos os custos diretos e indiretos comporão a composição dos preços, levando-se em conta que nestes casos deve ser prevista pela Administração a estimativa mensal e anual de quilometragem a ser percorrida pelos veículos.

5.2.10. Nesses termos, entende-se mais adequada realização de uma contratação de serviços de locação de veículos **em regime mensal (de valor fixo), sem limite ou franquia de quilometragem e SEM** o fornecimento de **motorista e combustível**, de modo a atender contínua, ininterrupta e prontamente as necessidades da instituição no que diz respeito ao suporte as atividades finalísticas ou técnico-administrativas da **Funasa/SUEST/AP**.

6. Descrição da solução como um todo

Conforme determina o **inciso IV, do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022**, segue abaixo descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

6.1. Detalhamento da Solução

6.1.1. A solução como um todo consiste na contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para transporte de: pessoas em serviço, materiais, documentos, pequenas cargas e insumos necessários ao atendimento das demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da **Funasa/SUEST/AP** em viagens intermunicipais e interestaduais, conforme requisitos da contratação do Tópico 4 deste estudo e tabela resumo abaixo:

Item	Tipo de Serviço	Unidade	Quantidade
1	Custo Fixo		

Locação mensal de Veículo - Pick-up 4x4 - Quilometragem livre, SEM motoristas e combustível.	Veículo	03
--	---------	----

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme determina o inciso V, do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, segue abaixo a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

7.2. A estimativa das quantidades a serem contratadas levou em conta a quantidade atual de motoristas oficiais; e demanda dos setores previstas para a Funasa/SUEST/AP.

7.3. Atualmente, a Funasa/SUEST/AP, conta com o seguinte veículo próprio para atender a demanda institucional:

Tabela 1- Relação de veículo próprio.

Item	MARCA	MODELO	Ano/Mod.	Placa
01	Iveco	Van (Laboratório Móvel)	2011/2011	HKN 7970

7.6. Como é de se observar, a Funasa/SUEST/AP conta somente com veículo especial (Van), de modo que serão necessários veículos utilitários (camionetes) para atender as demandas da DIESP, SECOV, SESAM e COADM.

7.7. Quanto aos motoristas (oficial), a Funasa/SUEST/AP, possui 03 (três) em seu quadro.

7.9. Considerando o cenário acima, definiu-se a quantidade estimativa dos quantitativos da contratação, cujos quantitativos estão listados nas tabelas 2 a seguir:

Tabela 2 - Quantitativo de veículos a serem locados

Categoria	Veículos locados	Justificativa da quantidade
Pick-up	3	Em razão das demandas das áreas técnicas da <u>Funasa/SUEST/AP</u> (Serviço de Convênios – Secov, Divisão de Engenharia e Saúde Pública – Diesp e Serviço de Saúde Ambiental – Sesam) que realizam constantemente viagens para acompanhamento e fiscalização de obras e convênios firmados entre a <u>Funasa/SUEST/AP</u> e os municípios do Amapá, para implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, bem como para ações de controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de sistema de abastecimento público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme determina o inciso VI, do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, segue abaixo a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

8.1 Metodologia de precificação

8.1.1. No procedimento de pesquisa de preços, devem ser seguidas as orientações disciplinadas na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Esta norma dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.1.2. No tocante às contratações de serviços deve-se também observar o que dispõe o:

Art.5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do **caput**.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do **caput**, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o **caput**, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

8.2. Valor máximo da Contratação

8.3.1. Conforme Pesquisa de Preços realizada no Portal www.gov.br/compras, na aba "*pesquisa de preços*" foi apurado que o valor estimado e máximo da contratação para 12 meses será de **R\$ 569.507,40 (quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos)**, conforme tabela detalhada abaixo:

Item	Catser	Tipo de Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	4014	Locação mensal de Veículo - Pick-up 4x4 - Quilometragem livre, SEM motorista e combustível	Veículo	03	<u>R\$ 15.819,65</u>	<u>R\$ 47.458,95</u>	<u>R\$ 569.507,40</u>

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se aplica a este tipo de contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Informamos que a contratação correlata e/ou interdependente a esta contratação é o contrato de fornecimento de combustíveis firmado pela Presidência da Funasa, devendo o mesmo estar em plena vigência para que os serviços sejam prestados uma vez que o fornecimento de combustíveis será realizado pela Funasa.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Tendo em vista a extinção da Funasa, no exercício de 2023, por meio da Medida Provisória nº 1.156/2023, o Plano de Contratações Anual 2026 desta Funasa/SUEST/AP, foi feita dentro da UASG da Funasa Presidência, da qual é responsável pela sua aprovação, pois, as inclusões estão sendo feitas de forma extemporânea.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- a) oportunizar o investimento de recursos de capital em outras atividades de interesse relevante da entidade;
- b) proporcionar redução de custos com os insumos, consumíveis e manutenções de veículos;
- c) atualizar a frota de veículos da unidade, sem a necessidade de realização de novos investimentos;
- d) contribuir para a melhoria da qualidade do meio ambiente, a partir da utilização de veículos novos ecologicamente sustentáveis e adequados à políticas de proteção do meio ambiente;
- e) eliminar gargalos de gestão de transportes, desburocratizando e otimizando o acesso a serviços de qualidade técnica e segurança comprovadas.
- f) garantir a continuidade dos serviços públicos, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos executados no âmbito das áreas da Superintendência Estadual da Funasa no Amapá/AP;

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando que as Superintendências estão sem recursos orçamentárias e financeiros, o processo deverá ser enviado à Presidência da Funasa para a realização dos procedimentos de licitação e contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Buscando sanar os riscos ambientais existentes, conforme determina o inciso XII, art. 9º, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, a empresa contratada deverá observar às práticas de sustentabilidade na execução dos serviços previstas no item específico do Tópico 4 - Requisitos da Contratação deste Estudo Técnico Preliminar, de modo a reduzir ou eliminar possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Foi realizados todos os levantamentos necessários.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO SERGIO SOARES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 10:25:10.